

A História da Ortografia do Português do Brasil

Ana Paula Fernandes

Introdução

Este trabalho destina-se a abordar aspectos da história da ortografia do português do Brasil nos séculos XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX. Farei uma comparação entre aspectos ortográficos do português do Brasil e o português de Portugal, inclusive sob as perspectivas de alguns autores renomados na língua. Assim, o substrato foi um fenômeno de grande importância – influência de um determinado povo ou grupo dominado na formação do léxico de uma língua. Algumas vezes, não houve uma conformidade nos aspectos ortográficos e, por isso, precisou-se firmar os chamados Acordos Ortográficos a fim de tentar estabelecer um consenso, visto que cada autor tentava exprimir seu ponto de vista de maneira aleatória.

Tudo que tratarei aqui se refere a tais divergências, a fim de se chegar a um contraponto que beneficie a todos os envolvidos neste processo. Como se sabe, na História Européia e na História Mundial tivemos pontos cruciais que nos levaram a estudos lingüísticos que foram de grande valia, principalmente, para aspectos de caráter ortográfico. Atentando ainda para o fato de que alguns fonemas inexistentes nas línguas latinas precisavam de uma correta representação desses sons. E, é nesse enredo de imprecisões que surge a necessidade de busca de soluções para tais problemas.

A escrita passa a não ser mais uma fiel representação fonológica e, neste contexto surge tentativa de uma possível conformidade, que será discutida ao longo do trabalho, citando pontos positivos e negativos na história da ortografia. Houve aqueles que preferiam, inclusive, adotar uma ortografia etimológica e aqueles que preferiam adotar uma ortografia fonética.

Mas ainda aqui não havia uma uniformidade de informações, visto que a etimologia era um assunto controverso, pois se deduzia a origem das palavras, ou seja, contava-se com a imaginação dos escritores. Já na fonética, muitas variantes faziam com que não fosse muito bem aceita. Principalmente devido a variantes regionais e dialetais.

Assim, tentarei discorrer aqui sobre esta história ortográfica e comentar aspectos principais nos Acordos Ortográficos firmados entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras.

Um pouco da história ortográfica

A história da nossa ortografia divide-se em três períodos: o fonético, o pseudo-etimológico e o simplificado.

No primeiro, o fonético, as palavras eram grafadas mais ou menos de acordo com a pronúncia, sem nenhuma sistematização criteriosa. Apesar de certa flutuação que se observava na grafia das palavras, a preocupação fonética transparecia a cada momento. A língua era escrita para o ouvido. Começa este período com os primei-

ros documentos redigidos em português e se estende até o século XVI.

No segundo, dominava a preocupação pseudo-etimológica, fruto do eruditismo dos séculos XVI a XVIII, e em que se duplicavam as consoantes intervocálicas e se inventaram símbolos extravagantes, a pretexto de uma aproximação artificial como o grego e o latim, critério pretensioso que contrariava a própria evolução das palavras. O que caracteriza este período é o emprego de consoantes germinadas e insonoras, de grupos consonantais impropriamente chamados gregos, de letras como o y, k e w, sempre que ocorriam nas palavras originárias. Inicia-se no século XVI e vai a te o ano de 1904, em que aparece a Ortografia Nacional de Gonçalves Viana.

No terceiro período, que assinala a renovação dos estudos lingüísticos em Portugal, surge Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, foneticista, que depois de algumas tentativas, consegue apresentar um sistema racional de grafia, com base na história da língua. De conformidade com os princípios por ele estabelecidos, há dois sistemas simplificados: o português e o luso-brasileiro.

Brasil e Portugal, por intermédio de seus governos, começaram a pensar então nos chamados Acordos Ortográficos, a fim de desfazer a indecisão na escolha de um ou outro tipo ortográfico, simplificando, contudo, ao máximo o sistema de grafia.

A Ortografia do Português no Século XV

Neste período já as línguas românicas estavam tornando-se oficiais e, surge a necessidade de se explicar gramática e normatizar a ortografia. E com isso adotou-se alguns procedimentos para este fim:

- Tentativa de fixação da ortografia portuguesa;
- Preocupação em imprimir um texto mais próximo da fonética, ou seja, reprodução fiel dos sons da fala.

A ortografia do português do século XV chegou a um nível de regularidade tal qual ainda hoje podemos compreendê-las se considerarmos normais certas oscilações gráficas, muitas das quais ainda presentes no português atual, embora mais atenuada.

A Ortografia do Português no Século XVI

E, já iniciando a abordagem de alguns desses aspectos, podemos afirmar aqui com precisão que o século XVI não tinha muitos problemas ortográficos a que se citar, visto que cada fonema era representado por uma única letra e cada letra representava um único fonema, sendo a ortografia do Latim harmônica, variando apenas poucas palavras de origem grega ou estrangeira.

Nesta concepção , houve um aumento do prestígio das línguas nacionais, até mais que o latim, pois surgiu a necessidade de regularizar a ortografia dessas línguas, principalmente porque há um aumento das publicações e de um público – leitor .

Começa então uma gama de divergências na escolha de um modelo a se seguir. Cogita-se a adoção de uma ortografia fonética (um símbolo para cada som). Entretanto, esse critério apresentou uma problemática considerável: a língua nunca é a mesma em todas as regiões e dialetos. Uma representação gráfica que levasse em conta apenas o aspecto fônico teria de fornecer duas ortografia distintas.

Ora, se fossemos reproduzir fielmente na escrita a forma como a língua é falada, teríamos longos prazos, se essa tendência se espalhasse por toda a lusofonia, de grafar por exemplo, palavras como “nascer” e “exceção” (onde fonema /s/ nos grupos gráficos /sc/ e /xc/, por um processo de hipercorreção, desenvolvessem uma semi vogal /y/ como [naiscer] e [eixcessão]) ou [naisser] e [eissessão].

Outro modelo o qual se cogitou foi a aplicação de uma ortografia etimológica, que consistia na maneira como era escrita na antiguidade, no caso do português, o latim. A dificuldade seria que, muitos fonemas da língua de origem já haviam deixado de soar, ou soavam diferentemente.

A outra possibilidade que se pensou foi em uma ortografia mista, onde se misturava ortografia fonética e ortografia etimológica, levando em conta normas lingüísticas dominantes e a maior facilidade que o emprego, ora de uma grafia mais fonética, ora de uma grafia mais etimológica acarreta.

A dualidade de critérios dificultaria o aprendizado das primeiras letras, deixando a criança indecisa sobre qual critério utilizar. E esse reconhecimento faz com que os gramáticos optem por um único

critério, tentando evitar essa possível confusão. Em posição contrária ao ponto apresentado temos Fernão de Oliveira, em sua Gramática da língua portuguesa, com uma posição totalmente contrária ao que chamamos de ortografia etimológica:

E do mau pronunciar veio o pior escrever dessas dicções com “ch”. Mas somos tão bugios dos latinos que tomamos suas coisas sem muito sentir delas quando nos são necessárias. (OLIVEIRA, 1975, p. 61)

A Ortografia do Português no Século XVII e XVIII

O principal objetivo desse período foi o de mediar entre a ortografia fonética de João de Barros e a ortografia etimológica de Duarte Nunes de Leão. Entretanto vai ter que lidar com problemas inexistentes no século XVI, como a equalização sonora do s intervocálico e do z, assim como do ss e do ç, os quais sempre haviam sido fonemas distintos, além de começar a se fazer sentir o processo de unificação da pronúncia do “ch” e do “x”. (TESSYER, 1987, p. 50-5).

Os livros de Língua Portuguesa dos séculos XVII e XVIII tinham títulos logo encabeçados por expressões como “arte” ou “regras”, “modo”, para escrever bem, ou certo. Este foi um período de posição moderada em relação à ortografia, que, de acordo com Álvaro Ferreira de Vera, deve-se fazer de acordo com a ortografia etimológica, mas também se pode fazer de outro modo, conforme o uso do povo, ou seja, segundo a ortografia fonética. Dizia este autor:

Porque a boa ortografia consiste em escrever como se pronuncia; e da mesma maneira pronunciar como escrevemos.

A primeira obra de importância a tratar da ortografia no século XVII, a *Orthographia*, ou *Arte de escrever, e Pronunciar com Acerto a Lingua Portuguesa*, de João de Morais Madureira Feijó, de 1739, é contramarcha se comparada a visões de autores como Álvaro Ferreira de Vera, Bento Preyra e Joao de Franco Barreto, com a defesa intransigente da ortografia etimológica. Madureira Feijó cita diversas passagens em sua obra as quais se diz sempre favorável a uma ortografia etimológica, inclusive se vale de exemplos preciosíssimos para demarcar sua posição:

O certo he que lendo nos Auctores as palavras Acto, Dicto, Digno, Damno, Prompto, &c.como vemos as letras, com que escrevêraõ, mas não ouvimos o som, com que pronunciáraõ, huns lem, e pronunciaõ como sabios, louvaõ e imitaõ; outros lem, e pronunciaõ como nescios, estranhaõ e reprovaõ. E menos mal he que estes aprendaõ a pronunciar com acêrto para escreverem sem erro, do que lançarmos fóra as regras do *Orthographia*, para nós escrevemos como elles pronunciaõ; porque daqui se seguem estes inconvenientes (sic). (FEIJÓ, 1739, p. 13-14)

Madureira Feijó afirma ouvir o som das letras etimológicas, colocadas ali apenas para imitar a grafia latina, como é o caso de palavras como “*victória*”, onde o *c* é pronunciado tão unido ao *t* que não se dá espaço entre um som e outro, como se disséssemos *vi-ctória*. O mesmo ocorre em todas as demais palavras escritas com *ct*. O mesmo dito sobre a pronúncia do *ct* aplica-se a *mn* e *pt*.

A Ortografia do Português no Século XIX

Aqui começa a aparecer propostas inovadoras com base no bom senso e na clareza, que se apresentam como uma resolução didático-pedagógica. Os gramáticos do século XIX tiveram uma preocupação com a lógica, com os princípios filosóficos inerentes à gramática, com não apenas impor, mas também explicar, com clareza e minúcia, os pontos da gramática apresentados, tais como:

- Uma descrição detalhada do sistema fonético português;
- Regularização da grafia dos ditongos orais, os quais eram grafados com i, e ou y representando a semivogal /y/ e as letras o ou u representando a semivogal /u/;
- Regularização da grafia dos ditongos nasais, os quais passariam a ser grafados sempre com til, sendo a semivogal /u/ representada sempre pela letra o, ao passo que a semivogal /y/ passaria a ser representada por e depois de o e e, e por i depois de a e u;
- Recomendação do uso das letras e e o para representar respectivamente, as vogais ambíguas (finais pós-tônicas) que soam como e e como u;
- Recomendação do uso do trema sempre que a vogal u soar depois das consoantes q e g antes de outra vogal e na primeira vogal dos hiatos, quando estes não forem acentuados na segunda vogal;
- Manutenção do uso da letra h inicial somente quando a origem da palavra o exigir. As palavras portuguesas passam a ser escritas sem h inicial ;

- Manutenção do uso da letra y exclusivamente nas palavras de origem grega, ficando proibido seu uso nos ditongos;
- Manutenção do uso dos grupos ph, rh e th, de acordo com a etimologia;
- Proscrição do uso da letra k e do grupo ch, os quais passam a ser substituídos pela letra c ou pelo dígrafo qu;
- Recomendação do uso do grupo os, conforme a etimologia das palavras;
- Tentativa de regularização das letras g e j, antes das vogais e e i;
- Tentativa de regularização do uso da letra x.

A *Orthographia Portugueza*, de José Feliciano de Castilho, de 1860, vai bem mais além, dissertando sobre as vantagens do sistema etimológico na ortografia e sobre a necessidade de fixação da ortografia portuguesa, mantendo uma postura ponderada sobre o assunto, provável influência de idéias da *Gramática de Português Royal*. Em sua defesa pela ortografia etimológica, Castilho considera mais importante a aquisição de uma boa ortografia do que a facilidade do aprendizado:

Numa vida de cinqüenta anos, forma tomados dous com o aprendizado da leitura, e quarenta e oito com a própria leitura. Não sacrificaremos o duradouro ao -ephemero, o útil ao fácil (sic). (CASTILHO, 1860, p. 81-2)

E, durante todo o decorrer da obra, Castilho afirma sua simpatia por uma ortografia etimológica dizendo ainda:

Para escrever etymologicamente não é preciso que o escriptor saiba latim, mas que saiba a sua língua como os doctos lha houverem ensinado. (Id. ibid. p. 84)

O importante a salientar, no entanto, não é a justeza das opiniões omitidas pelos gramáticos do século XIX no que concerne à reforma ortográfica, mas o fato de que as pesquisas lingüísticas e a esperança de mudanças, características do século XIX, criaram um clima propício à efetiva fixação e transformação da ortografia portuguesa, que caracterizarão a ortografia do século XX.

A Ortografia do Português no Século XX até nossos dias

Seguindo a linha do tempo que decidi traçar aqui, tivemos nesse período duas reformas ortográficas: a de 1971 e a de 1986, que é atualmente em vigor.

Desde 1986, Brasil e Portugal estudam um acordo ortográfico para os países de Língua Portuguesa. Para redigir o projeto de Ortografia Unificada, formou-se uma comissão constituída por representantes de cada país de língua portuguesa. O acordo foi assinado em 1990 e ratificado em 1991.

Com toda essa abordagem, vimos que, na história da ortografia nunca houve um consenso dos autores. Por isso, sempre houve conflitos e intervenção da lei a fim de uniformizar as questões mais pertinentes no que tange ao bem falar e ao bem escrever.

As principais dificuldades ortográficas sempre foram relevantes: uma mesma letra pode representar fonemas distintos e um mesmo fonema pode ser representado por várias letras. Disso decorrem algumas dificuldades ortográficas na escrita das palavras.

Conclusão

Conforme pudemos notar durante a pesquisa e execução deste trabalho, a ortografia do Português utilizado no Brasil vem sempre se modificando através dos tempos.

A nossa linguagem falada e escrita, como ocorre em todos os pontos do planeta, difere muito entre si. Ninguém fala como escreve, como também ninguém escreve como fala...

Apesar de estarmos acostumados com a grafia complicada de algumas palavras, muitas vezes as encontramos escritas erradamente, nos fazendo questionar se realmente vale a pena ainda a existência de tantas palavras com o mesmo fonema mas com grafia diferente, ou se já não seria a hora de se descomplicar o nosso Português, de forma que não houvessem tantas palavras faladas de forma igual e escritas de forma tão diferente, pois quem as escreve nem sempre possui um acesso a regras e bibliografias que citam o estudo da origem de determinadas palavras. O caso não seria uma mudança radical, apenas uma descomplicação, tornando mais fácil a escrita de palavras de uso corriqueiro.

Muitos pontos na ortografia passaram a ser insuficientes, e houve a necessidade de transformações. Até mesmo porque a língua

é um processo dinâmico que, portanto, não fica estática neste processo evolutivo. As Reformas e acordos Ortográficos serviram como ponto de conexão neste longo processo, onde sempre ia-se em busca de uma uniformidade, a fim de não haver complexidades tão extremas numa mesma língua. É óbvio que sempre se procurou manter um nível mínimo de coerência entre tais aspectos, ainda mais que há variações regionais e dialetais que influenciam bastante a ortografia de uma dada língua.

Gonçalves Viana, citado no decorrer do trabalho, lança a público a maior publicação sobre Ortografia da Língua Portuguesa jamais escrita, onde investiga minuciosamente fonética e fonologia da língua portuguesa para um sistema ortográfico baseado em três princípios essenciais: simplificação, regularidade e continuidade, além da abrangência, ou seja, elaboração de regras válidas para todas as variantes da língua.

Referências Bibliográficas:

BARROS, João de. Gramática da língua portuguesa (Org. José Pedro Machado). 4. ed. Lisboa, 1957.

CASTILHO, João Feliciano de. Orthographia portugueza. Rio de Janeiro, 1860.

FEIJÓ, J. de M. Madureira. Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza. Lisboa: Officina de Miguel Rodriguez, 1739.

FERREIRA, Aurélio B. de H. Novo dicionário da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LEÃO, Duarte Nunes de. Ortografia e origem da língua portuguesa (Org. Maria L. C. Buescu). Lisboa: Imprensa nacional, 1983.

OLIVEIRA, Fernão de. A gramática da língua portuguesa (Org. Maria L. C. Buescu). Lisboa: Imprensa Nacional, 1975.

TEYSSIER, Paul. História da língua portuguesa. 3. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1987.

VERNEY, L. António. Verdadeiro método de estudar (org. António Salgado Júnior). v. I. Lisboa: Sá da Costa, 1949.